

Collor tem nova proposta para salários

Ailton C. Freitas 22.12.89

O plano de estabilização da economia com que o presidente eleito Fernando Collor pretende derrubar a inflação dos atuais 72% — projeção para fevereiro — para 10% ao mês em 80 dias está dividido em duas etapas. Na primeira, o novo governo quer produzir o chamado choque fiscal, com corte generalizado de gastos públicos, aumento de impostos e taxaço das grandes fortunas. Eliminado o déficit público nessa primeira etapa, o novo governo vai tentar, num segundo movimento, desindexar a economia com novas regras para preços e salários. A diferença fundamental em relação ao que existe hoje é que, no lugar de promover reajuste com base na inflação passada, sejam feitas correções com base na expectativa inflacionária dos meses seguintes. O choque fiscal criaria as condições para que a inflação entre em declínio. E com isso o governo se credenciaria para tentar a segunda etapa.

A 25 dias da posse do novo governo, os investidores do mercado financeiro já demonstram inquietação com o teor das medidas que Collor vai anunciar ao País ainda no dia 15 de março, horas depois de assumir a Presidência da República. A extensão e complexidade do Plano Collor pode ser avaliada por uma frase, em tom de alerta, de um colaborador direto do presidente eleito: "Vocês vão viver uma verdadeira noite de São Bartolomeu". A noite de São Bartolomeu foi o massacre dos protestantes por católicos na França no Século XVI. Para os jornalistas, o massacre se-

rá preparar a edição do dia 16 de março, contendo, naturalmente, as medidas econômicas que serão anunciadas por Collor no dia anterior. O *Diário Oficial* vai circular, no dia 16, com um mínimo de páginas muito superior ao habitual.

Detalhes

O plano já está praticamente concluído. Faltam pequenos detalhes, a dosagem de uma outra medida que, na realidade, só pode ser mesmo definida nas 24 horas que antecederem a divulgação das medidas. Nesse caso incluem-se um reajuste do câmbio e a graduação do aumento das tarifas de serviço público para melhorar a situação financeira das empresas estatais. Esse aumento será "tanto maior quanto for o nível de represetamento dos reajustes pelo atual governo e a inflação de março, que será uma desagradável herança que Collor terá de assumir.

As duas grandes dúvidas que ainda persistem na equipe de Collor são em relação ao câmbio e às tarifas aduaneiras. A liberalização do câmbio e a redução geral das tarifas aduaneiras para facilitar as importações e, portanto, combater a inflação via competição, são idéias que estão de acordo com o propósito de Collor de abrir a economia e deixar que atuem com mais liberdade as forças de mercado. Os assessores econômicos do presidente eleito desejam trilhar esse caminho, mas temem duas consequências: o exemplo argentino que, na gestão do economista Martinez de Hoz, liberou o cambio

e reduziu tarifas, sucateando a indústria do país. O segundo temor é de que as reservas cambiais brasileiras não sustentem essa política durante muito tempo. Fernando Collor assume o governo com reservas negativas, uma vez que o Banco Central tem cerca de US\$ 7 bilhões em caixa, enquanto que os débitos externos do País, vencidos e não pagos, deverão superar US\$ 8 bilhões no dia da posse.

Risco

A idéia inicial da equipe econômica de Collor era simplesmente fechar a Cacex. Os temores de executar a alternativa do câmbio livre e de redução das tarifas aduaneiras levaram os economistas a desistir, pelo menos na primeira fase, dessa idéia. No entanto, ela não foi inteiramente descartada e deverá ser retomada ainda no governo Collor. Existe um setor da equipe que entende que, se o ajuste fiscal for realizado efetivamente, e se a emissão de moedas for mantida sob controle, o risco do câmbio livre e da redução das tarifas aduaneiras deixa de existir.

Uma lei de penalização fiscal, que dê condições ao governo de colocar os sonegadores na cadeia, está sendo elaborada pela equipe do novo governo. A sonegação de impostos, de acordo com estimativas de técnicos do atual governo, chega a níveis alarmantes. O caixa 2 das empresas pode chegar a 25% do faturamento. A contabilização e tributação sobre esse dinheiro que fica submerso na economia através de aplicações em fundos ao portador, ouro e dólar, pode proporcio-

nar uma arrecadação equivalente a 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB), calculam alguns economistas.

Paradoxalmente, o combate à inflação seria precedido de uma grande anistia fiscal para permitir que o dinheiro na economia informal seja legalizado. Não haveria perdão para os impostos que já estão sendo objeto de cobrança, mas quem tem dinheiro em fundos ao portador e outros ativos teria a chance de declarar suas fortunas para, a partir de então, pagar imposto sobre seus rendimentos reais.

Bancos perdem

Os bancos sofrerão grandes perdas com o plano de estabilização. Hoje, o chamado setor financeiro no Brasil representa 12% do PIB e o objetivo é reduzir essa participação a 6% que é o seu peso histórico na economia brasileira. Os bancos, na realidade, são os grandes ganhadores com a inflação. As contas remuneradas exemplificam bem a situação: os bancos dão ao correntista uma remuneração muito abaixo da do over, e ao mesmo tempo, aplica o dinheiro no over, ganhando a diferença. Nessa área, algumas mudanças são tidas como certas: maior tributação sobre o lucro dos bancos, aumento do depósito compulsório que os bancos comerciais são obrigados a fazer junto ao Banco Central sobre um percentual dos depósitos a vista. Finalmente, as contas remuneradas, que, com o plano de estabilização, estão com seus dias contados.



Plano econômico pilotado por Zélia está praticamente concluído